

Movimentos indígenas e o espaço universitário: alternativas ao protagonismo indígena na Amazônia Brasileira¹

Fernando Roque Fernandes²

RESUMO

As universidades têm se constituído espaços de *estratégias* de afirmação, interação e representação do *protagonismo indígena* no Brasil. O acesso de indígenas ao ensino superior tem possibilitado a ampliação de debates relacionados às causas indígenas. Pesquisadores e estudantes de diferentes áreas de conhecimento têm desenvolvido trabalhos no âmbito do Ensino Superior, evidenciando a legitimidade e atualidade dos Movimentos Indígenas nas relações que estabelecem com a Formação Superior. Tais fenômenos etnicossociais, os quais temos denominado de *etnogêneses*, decorrem de longos processos de emergência, valorização e reconhecimento da diversidade étnica no país. Diante do ingresso cada vez maior de indígenas nas instituições de educação superior no Brasil, consideramos oportuno desenvolver algumas reflexões sobre a questão. Nesse sentido, o objetivo deste texto é rascunhar algumas considerações sobre o acesso de sujeitos indígenas nas universidades como estratégia de interação com a comunidade envolvente, constituindo-se como oportunidade consistente de articulações necessárias ao fortalecimento dos movimentos indígenas. Para tanto, apresentamos algumas questões que nos permitam refletir sobre os desafios enfrentados pelos acadêmicos indígenas na atualidade.

Palavras-chave: Protagonismo Indígena Contemporâneo. Movimentos Indígenas. Ensino Superior.

1 O presente trabalho contou com o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e com o apoio técnico do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre Formação de Professores e Relações Étnico-Raciais da Universidade Federal do Pará (GERA/UFPA).

2 Mestre em História Social pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Doutorando em História Social da Amazônia pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPHIST) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor de História Regional do Brasil pelo Departamento Acadêmico de História do Núcleo de Ciências Humanas da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Formação de Professores e Relações Étnico-Raciais (GERA/UFPA). Pesquisador do Grupo de Pesquisa Jurupari: Cultura, Patrimônio, Memória e Identidade em Rondônia (DAH/UNIR). E-mail: fernando_cli@hotmail.com

Indigenous movements and the university space: alternatives to indigenous protagonism in the Brazilian Amazon

ABSTRACT

Universities have been constituted as spaces of affirmation strategy, interaction and representation of the indigenous protagonism in Brazil. The access of indigenous people to higher education has made possible an expansion of debates related to indigenous causes. Researchers and students from different areas of knowledge have developed works in the context of higher education that evidence a legitimacy and an update of the Indigenous Movements in the relations with the creation of a Superior Formation. Ethnogenesis phenomena come from long processes of emergence, appreciation and recognition of ethnic diversity in the country. Faced with the growing number of indigenous people in higher education institutions, in Brazil, considerate about the problem. Our objective is to point out some considerations for thinking about the access of indigenous subjects to the university as a strategy of interaction with a surrounding community, constituting it as a consistent opportunity of articulations for the strengthening of indigenous movements in Contemporary Brazil. Therefore, we present some questions that allow us to reflect on the challenges faced by indigenous academics.

Keywords: Indigenous Movements. Higher Education. Ethnogenesis.

Movimientos indígenas y el espacio universitario: alternativas al protagonismo indígena en la Amazonia brasileña

RESUMEN

Las universidades se han constituido en espacios de estrategia de afirmación, interacción y representación del protagonismo indígena en Brasil. El acceso de indígenas a la enseñanza superior ha posibilitado una ampliación de debates relacionados con las causas indígenas. Investigadores y estudiantes de diferentes áreas del conocimiento han desarrollado trabajos en el campo de la Educación Superior, destacando la legitimidad y actualidad de los Movimientos Indígenas en las relaciones que establecen con la Educación Superior. Fenómenos de etnogénesis provienen de largos procesos de emergencia, valorización y reconocimiento de la diversidad étnica en el país. Ante el ingreso cada

vez mayor de indígenas en las instituciones de educación superior, no Brasil, consideraciones sobre el problema. Nuestro objetivo es apuntar algunas consideraciones para pensar el acceso de sujetos indígenas en la universidad como estrategia de interacción con una comunidad envolvente, constituyéndose como una oportunidad consistente de articulaciones para el fortalecimiento de los movimientos indígenas en el Brasil contemporáneo. Para ello, presentamos algunas cuestiones que nos permitan reflexionar sobre los desafíos enfrentados por los académicos indígenas.

Palabras clave: Movimientos Indígenas. Enseñanza Superior. Etnogénesis.

Introdução

Finalmente, o que era invisível por preconceito ou discriminação ao Índio Brasileiro, inclusive na formação educacional, faz nascer uma nova luz, um novo caminho que quer se somar na luta de novos ganhos como a ciência acadêmica ocidental, os recursos tecnológicos e os conceitos de formação acadêmica e científica, ou seja, existem realidades indígenas com práticas, costumes e sabedorias ancestrais. Mas não podemos omitir a figura do Índio na Universidade. (MARCOS TERENA, 2013).³

A relação entre os Movimentos Indígenas (MI's) que tomaram forma a partir da década de 1970 e o acesso diferenciado de indígenas nas universidades decorreu do crescimento das formas de inclusão e do reconhecimento jurídico dos direitos dos povos indígenas no Brasil. A nosso ver, tal fenômeno não resultou de concessões feitas pelo Estado, mas sim, da formação e fortalecimento de associações e organizações políticas indígenas e pró-indígenas que concorreram para o aumento das pressões sociais exercidas sobre o Estado na busca pela ampliação do acesso de indígenas ao Ensino Superior. Conforme indicado por Fernando Roque Fernandes (2019), o direito a uma educação diferenciada é uma das pautas de luta que vem sendo reivindicada pelos povos indígenas há décadas. Ainda para o autor, desde a emergência política dos MI's, a educação

3 Importante liderança indígena da região do Pantanal do Mato Grosso do Sul, membro da Cátedra Indígena Itinerante e um dos fundadores da União das Nações Indígenas (UNI), nos anos 1980.

passou a estabelecer diálogo com a questão do direito a terra, saúde e cidadania como parte das lutas pela autodeterminação étnica.

Para Maria Aparecida Bergamaschi (2013, p. 129)

a presença de estudantes indígenas nas universidades faz parte de uma luta mais ampla dos povos originários em toda a América, que escolheram a educação escolar como uma aliada nas suas políticas de afirmação étnica.

Nesse sentido, o crescente ingresso de indígenas nas universidades se conecta ao posicionamento destes sujeitos na defesa dos direitos e fortalecimento dos movimentos indígenas. Assim, o ensino superior tornou-se, também, uma ferramenta importante no processo de *valorização identitária*, possibilitando aos indígenas operacionalizar cientificamente os conhecimentos tradicionais de suas expressões culturais e a aquisição de mecanismos que lhes têm auxiliado no diálogo com a comunidade envolvente e na defesa de suas pautas de luta.

Para dar conta de nossas análises, consideramos o conceito de *etnogênese* a partir do que defende o antropólogo e historiador mexicano Miguel Bartolomé (2006) e o antropólogo norte-americano Jonathan Hill (1996), pois, as *etnogêneses*, conforme apontou Bartolomé, são processos importantes, a partir dos quais as sociedades indígenas renovam-se/adaptam-se e muitas vezes transformam-se, na intenção de destacar suas diferenças, mesmo após o contato com novas realidades. Para o autor, as *etnogêneses* se caracterizam por processos fundamentais à manutenção das características tradicionais dos grupos étnicos em situações de subversão (BARTOLOMÉ, 2006). Para Jonathan Hill (1996), as *etnogêneses* se conformam como fenômenos de emergência social e política de grupos tradicionalmente submetidos a relações de dominação. Adaptar-se e transformar-se para manter suas tradições têm sido a base para os protagonismos desenvolvidos pelos povos indígenas desde a época do contato com os europeus. Nas palavras de John Manuel Monteiro (2001, p. 57), a “etnogênese trata-se também das estratégias culturais e políticas de atores nativos, buscando criar [e renovar] identidades duradouras num contexto mais abrangente de descontinuidades e de mudanças radicais”.

Com base nesses pesquisadores e com a utilização do conceito de etnogênese consideramos que os povos indígenas têm resistido historicamente às tentativas de subversão de seus modos de vida. Nosso

foco no ensino superior tem a ver com o fato de que tanto as universidades como as escolas indígenas, tem sido palco de novas *etnogêneses* e elas mesmas têm sofrido essas influências e se transformado para agregar os novos sujeitos que nelas se inserem numa cifra sempre crescente. Desse modo, acreditamos que a presença de indígenas nos espaços universitários possibilita a apropriação de conhecimentos científicos e suas utilizações em benefício próprio e de suas coletividades, mostrando seus valores e atuando de forma particular nos processos de *descolonização do pensamento* em termos semelhantes aos apresentados por Nelson Maldonado-Torres (2016, p. 88), segundo o qual, uma atitude decolonial “encontra suas raízes nos projetos insurgentes que resistem, questionam e buscam mudar padrões coloniais do ser, do saber e do poder”.

Dessa forma, a partir de eventos relacionados aos estudantes indígenas e a formação de professores indígenas no âmbito do ensino superior, desenvolvemos uma breve reflexão acerca deste fenômeno de emergência social e política desses atores sociais que consideram a universidade como uma ferramenta capaz de possibilitar o fortalecimento de suas pautas de luta frente à comunidade envolvente. Assim, o presente texto foi desenvolvido com o intuito de apresentar algumas considerações importantes acerca da presença de estudantes indígenas no ensino superior – espaço que muitos indígenas têm acessado não somente como objetos de estudo, mas como atores sociais em defesa de interesses particulares e de seus coletivos. Para tanto, apresentaremos alguns eventos relacionados ao tema, de modo a iniciar a discussão.

A luta por uma educação escolar diferenciada

Nos últimos anos, o crescente ingresso de atores indígenas nas universidades aponta para a continuidade e mesmo amadurecimento da tomada de espaços educacionais pelos sujeitos e coletivos indígenas, de modo a dar conta da manutenção de seus modos de vida, na medida em que passam a dialogar de forma mais efetiva com a comunidade envolvente, o que se constitui como parte dos objetivos dos movimentos políticos e sociais de coletivos étnicos que conformam a base da concepção de *plurinacionalidade* existente na América Latina.

Como exemplo de trabalho recente sobre os chamados *Estados Plurinacionais*, tomamos a recente Tese de Rosane Freire Lacerda (2014). Nela, a autora observou que:

A tese trata da emergência do modelo plurinacional de Estado na América Latina a partir das demandas históricas dos povos indígenas. São demandas pelo seu reconhecimento enquanto sujeitos políticos e jurídicos autodeterminados, no marco do Estado territorial moderno. O foco central está na importância e contribuição dos movimentos indígenas latino-americanos, em especial os da Bolívia, Equador e Brasil, para a construção de um modelo de Estado que desafie e supere as relações coloniais e eurocêntricas de poder e de conhecimento presentes no modelo de Estado-nação. [...] A hipótese é a de que o Estado plurinacional, longe do simples reconhecimento da heterogeneidade e da concessão de direitos específicos, constitui um modelo cujas bases axiológicas e institucionais são construídas a partir da pluralidade de concepções éticas, jurídicas e políticas próprias das diversas identidades “nacionais” (LACERDA, 2014, p. 8).

No caso do Brasil, a hipótese de Lacerda (2014) é a de que apesar do reconhecimento da diversidade étnica e cultural, expressa no artigo 231 da Constituição Brasileira de 1988, o modelo institucional de Estado continua uni-nacional e marcado pelas relações coloniais de poder. Assim, apesar da luta pelo reconhecimento da diversidade e diferença de povos existentes no Brasil ter resultado no reconhecimento jurídico da necessidade de criação de políticas públicas que atendam às necessidades particulares de sujeitos e coletivos étnicos indígenas, tal reconhecimento não acompanhou a materialização desses direitos. Por esta razão, é importante considerar, sobre os movimentos indígenas na atualidade, que estes se caracterizam pela permanência histórica de lutas por direitos no estado multicultural brasileiro. O que nos permite refletir sobre as diferentes ações empreendidas por diversas articulações políticas indígenas desde a segunda metade do século XX, assim como sobre seus desdobramentos educacionais na atualidade.

Na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), entre os dias 15 e 19 de outubro de 2016, ocorreu o IV Encontro Nacional de Estudantes Indígenas (IV ENEI). O evento teve como tema: *Diversidade Pluriétnica na Universidade: Problematizando o Racismo*. A proposta do Evento era discutir sobre práticas educativas em contexto intercultural e a presença de sujeitos indígenas nas Universidades, bem como as políticas adotadas por esses espaços para atender as demandas cada vez maiores de indígenas ingressantes no Ensino Superior. Nesse sentido, o IV ENEI propôs

reunir estudantes e pesquisadores indígenas e não indígenas de todos os níveis educacionais e das diversas áreas do conhecimento relacionadas à temática. Dentre os principais objetivos do Encontro, destacaram-se:

- 1 – Possibilitar a apresentação de pesquisas e estudos sobre problemáticas que envolvam povos indígenas no Brasil contemporâneo, dando ênfase às temáticas de Educação, Sustentabilidade e Territorialidade, Direito e Movimento Indígena, Saúde e Tecnologias;
- 2 – Permitir que os acadêmicos e pesquisadores do Brasil, possam trocar experiências sobre suas trajetórias, bem como, os desafios que percebem quando adentram nas instituições de Ensino Superior;
- 3 – Fortalecer, enquanto acadêmicos, o Movimento Indígena Nacional. (ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES INDÍGENAS, 2016, não paginado)

De acordo com o Encontro Nacional de Estudantes Indígenas (2016), o tema desta edição do ENEI teve relação com a necessidade de desenvolver “uma ação nacional em defesa da igualdade, respeito à diversidade, além do incentivo e valorização da participação indígena na construção e desenvolvimento de um diálogo de saberes”.

Os ENEIs têm ocorrido anualmente em diferentes estados da Federação e se constituem como oportunidade ímpar para discussões sobre singulares experiências de pesquisa no âmbito do Ensino Superior. Nesses eventos, indígenas e não indígenas dialogam sobre temas ligados às ações afirmativas, investimentos em programas, projetos educacionais e pesquisas voltadas à questão indígena. Todos esses temas têm dialogado com as agendas dos movimentos indígenas. Em síntese, a proposta visa fomentar o diálogo que auxiliará “na criação de ações afirmativas e investimentos em programas, projetos e linhas de pesquisa que envolvam a questão indígena”. Dessa forma, consideramos que os ENEIs, assim como outros eventos indígenas de caráter nacional, regional e local, resultam de longos processos de emergências étnicas e se justificam como estratégias essenciais nas lutas dos Movimentos indígenas rumo à conquista e defesa de direitos reconhecidos constitucionalmente.

Ainda no estado do Pará, no dia 25 de setembro, nas cidades de Jacareacanga, Oriximiná e Santarém foram aplicadas as Provas de Redação referentes ao Processo Seletivo Especial Indígena para ingresso em diferentes cursos de graduação da UFOPA. Entre os dias 10 e 14 de outubro,

foram feitas as entrevistas com os candidatos aprovados na redação. Ao todo foram ofertadas 79 vagas em diversos curso ofertados na UFOPA. O Instituto de Ciências da Educação ofertou desse total, 21 vagas em cursos de Licenciatura.⁴ A grande quantidade de candidatos (aproximadamente 500 indígenas) pode surpreender a muitos, no entanto, esta realidade já faz parte do cotidiano dos Processos Seletivos Especiais Indígenas que ocorrem anualmente, desde 2010 na UFPA e desde 2011 na UFOPA.⁵

No Estado do Amazonas, a UFAM abriu Processo Seletivo para a Formação de Professores Indígenas no Curso de Especialização em Educação Escolar. Foram ofertadas 100 vagas em São Gabriel da Cachoeira para o biênio 2016/2017. Poderiam se inscrever somente candidatos indígenas do Território Etnoeducacional do Alto Rio Negro. A seleção ocorreu em outubro de 2016 e fez parte do Projeto de Formação Continuada de Professores Indígenas do Alto Rio Negro. Além deste Curso, a UFAM oferta desde 2008, na modalidade Licenciatura Plena, o curso Formação de Professores Indígenas e, desde 2016, o Curso de Especialização em Educação Escolar Indígena, nos municípios de Autazes e São Gabriel da Cachoeira.⁶

Poderíamos mencionar também o Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena, da Universidade Federal de Roraima - UFRR que, através dos cursos de Bacharelado Gestão em Saúde Coletiva Indígena (criado em 2012), Bacharelado em Gestão Territorial Indígena (2009) e Licenciatura Intercultural Indígena (2002), tem desenvolvido importante trabalho na ampliação do acesso de indígenas ao Ensino Superior no estado de Roraima. Aproveitamos a menção para destacar que a UFRR foi a primeira instituição federal a implantar cursos específicos de formação superior para indígenas, em 2002. Em 2001, foi criado o Núcleo Insikiran, que em 2009 foi transformado em Instituto através da Resolução nº 009/2009-CUni⁷. Segundo o Instituto Insikiran de Formação Superior In-

4 Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/academico/processo-seletivo-especial>. Acesso em: 13 out. 2016.

5 Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/academico/processo-seletivo-especial/processo-seletivo-especial-2012-indigenas>. Acesso em: 01 nov. 2016.

6 Disponível em: <http://www.ufam.edu.br/noticias-bloco-esquerdo/5889-ufam-abre-inscricoes-para-pos-graduacao-em-educacao-escolar-indigena>. Acesso em: 20 set. 2016.

7 A Resolução nº 009/2009-CUni da UFRR, dispõe sobre a transformação do Núcleo Insikiran de Formação Superior Indígena em Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena e aprovação do Regimento Interno, e dá outras providências. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?hl=pt-BR&gl=br&q=cache:9yFh11G9EYJ:ufr.br/in sikiran/index.php?option%3Dcom_phocadownload%26view%3Dcategory+download%3D54:regimentoinsikiran%26id%3D10:downloads%26Itemid%3D264&spell=1&sa=X&ved=0ahUKEwiD2smxjfDUAhWFKCYKHTbfClwQBQgiKAA. Acesso em: 30 ago. 2016.

dígena (2016), o objetivo principal é atender a demanda das populações indígenas de Roraima na formação superior de modo “específico, diferenciado e intercultural”.

Como proposta de Políticas Afirmativas para os povos indígenas, a Universidade Federal do Pará – UFPA criou, em 2009, o primeiro Curso de Licenciatura e Bacharelado em Etnodesenvolvimento do Brasil. Este curso resultou da demanda dos povos indígenas da região do Xingu e atualmente funciona no Campus de Altamira/PA. A proposta é garantir a qualificação das lideranças das comunidades indígenas e outras comunidades tradicionais ribeirinhas para o manejo de projetos e instituições locais, “[...]valorizando a autonomia, com qualificação técnica para a efetivação do desenvolvimento.” (INSTITUTO INSIKIRAN DE FORMAÇÃO SUPERIOR INDÍGENA, 2016, não paginado) Além deste curso, a Universidade do Estado do Pará oferta cursos de educação intercultural indígena em níveis de graduação e pós-graduação. Com base nessas informações, fizemos levantamento sobre cursos ofertados em instituições públicas da região norte, obtendo os seguintes resultados (Quadro 1):

Quadro 1 - Classificação, por habilitação, dos cursos interculturais indígenas da região norte do Brasil

Licenciaturas	Licenciatura Intercultural Indígena – UFRR/2002 Licenciatura em Educação Escolar Indígena – UNIFAP/2005 Licenciatura Intercultural Indígena – UFRR/2008 Licenciatura em Educação Básica Intercultural – UNIR/2008 Licenciatura Intercultural Indígena – IFAM/2009 Licenciatura Intercultural Indígena – UEPA/2016 Licenciatura Formação de Professores Indígenas – UFAM/2008
Bacharelados	Bacharelado em Gestão Territorial Indígena – UFRR/2009 Bacharelado Gestão em Saúde Coletiva Indígena – UFRR/2012
Licenciatura e Bacharelado	Licenciatura e Bacharelado em Etnodesenvolvimento – UFPA/2008

Fonte: Elaborado pelo autor.

Exemplos como estes não faltam para evidenciar a nova realidade educacional brasileira. Conforme observou Gerssem José dos Santos Luciano, índio Baniwa da região do Alto Rio Negro, no Amazonas e importante liderança do Movimento Indígena Organizado,⁸ considera-se importante destacar dois aspectos relacionados à Educação Escolar Indígena e aos Povos Indígenas no contexto de Ensino Superior. O primeiro deles diz respeito ao fato de que os índios entraram na “era da escolarização” e, por conta disso, estão fortalecendo cada vez mais a luta relacionada à Educação Escolar Indígena. O segundo refere-se ao fato de que o século XXI iniciou com uma legislação educacional forte, voltada ao atendimento das demandas indígenas e se caracterizando pela ampliação de acesso a todos os níveis educacionais, desde o Ensino Fundamental ao Ensino Superior (LUCIANO, 2006).

Isto se deveu ao aparente deslocamento ou, dito de outra forma, a ampliação da pauta de reivindicações de muitos povos indígenas que, a partir da luta pelo reconhecimento de suas terras e pelas conquistas legitimadas na Constituição brasileira de 1988⁹ canalizaram suas atenções para outras demandas fundamentais para suas comunidades (CASTRO, 2005). Assim, relacionadas ao direito à saúde, saneamento básico e educação tais demandas se tornaram questões de primeira ordem nas agendas indígenas em direção à luta pela manutenção de suas diferenças e pelo reconhecimento da diversidade de povos no Brasil. Nesses termos, demandas pelo acesso às universidades públicas e a procura por cursos estratégicos como Licenciaturas, Direito, Antropologia, Medicina, Gestão Territorial, dentre outros se caracterizam como aspectos inegáveis destes movimentos étnicos e suas estratégias.

8 De acordo com Luciano, “a partir da década de 1970, diversos povos indígenas começaram a criar suas organizações representativas para fazerem frente às articulações com outros povos e com a sociedade nacional e a internacional. A conjunção e a articulação entre tais organizações constituem hoje o chamado Movimento Indígena Organizado” (Luciano, 2006, p. 57).

9 Conforme observou Castro, a Constituição de 1988 demonstrou a legitimidade e força dos movimentos indígenas e pró-indígenas. Para o autor, “Com a Constituição consagrou-se o princípio de que as comunidades constituem-se em sujeitos coletivos, de direitos coletivos”. Dito em outros termos “o índio deu lugar à comunidade”. Assim, deve-se considerar que há indivíduos indígenas porque eles são membros de comunidades indígenas, e não o inverso. Tal Constituição “interrompeu juridicamente (ideologicamente) um projeto secular de desindianização ao reconhecer que ele não se tinha completado. E foi assim que as comunidades em processo de distanciamento da referência indígena começaram a perceber que voltar “a ser índio” poderia ser interessante [...] deixar de sofrer a própria indianidade e passas a gozá-la” (CASTRO, 2005). Disponível em: <http://root.ps/download/estrategiasconjuntas/VIVEIROS-DE-CASTRO-Eduardo-Encontros-1.pdf>. Acesso em: 19 set. 2016.

Os protagonistas

Durante muito tempo a historiografia referente aos povos indígenas, desenvolvida a partir do século XIX – influenciada pelas ideias gestadas no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, originadas pelos discursos cientificistas das teorias raciológicas como um desdobramento das reflexões referentes ao darwinismo social – defendia a tese de que as populações indígenas caminhavam para a assimilação e o etnocídio. Recentemente, a partir dos anos 1980, a preocupação com os encaminhamentos dados pelos próprios povos indígenas e pelas organizações, a eles aliados, concorreu para que pesquisadores, tanto antropólogos como historiadores e sociólogos percebessem que essas questões estavam longe de resolução.

Conforme apontou Ailton Krenak, em conhecido documentário sobre os povos indígenas no Brasil, desenvolvido com o apoio da TV Cultura, em 1995, já não se trata mais de saber quando os povos indígenas desaparecerão, mas de se verificar em que medida o Estado Nacional deverá criar políticas diferenciadas para o atendimento das necessidades específicas desses povos. É também com a emergência desses movimentos, a partir de 1970, que a mobilização indígena e pró-indígena passou a não mais esperar pelos órgãos do Governo e, assim, passaram a reivindicar seus direitos através de decisivos eventos articulados, inclusive, com órgãos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), através da Comissão de Direitos Humanos (CDH).

De acordo com o IBGE, a população indígena brasileira alcançou o número aproximado de 896,9 mil pessoas. Esse total inclui 817,9 mil indígenas declarados no quesito cor ou raça e as 78,9 mil pessoas que residiam em terras indígenas e se autodeclararam de outra cor ou raça (principalmente pardos, 67,5%), mas que se percebiam indígenas de acordo com aspectos tradicionais das próprias comunidades. Os dados também apresentaram a diversidade de povos, línguas e percentagem de terras demarcadas. Foram, assim, identificadas 305 etnias indígenas, das quais a maior delas foi a Tikuna, estabelecida no Estado do Amazonas. Estes indivíduos constituíram o grupo étnico que, em 2010, apresentou o maior número de indígenas (46,1 mil), dos quais 85% viviam em terras indígenas.¹⁰ Além disso, a região norte foi a que

¹⁰ De acordo com dados do Instituto Socioambiental (ISA), através do Projeto Povos Indígenas no Brasil, os Tikuna se autodenominam “Maguta e configuram o mais numeroso povo

apresentou maior concentração de indivíduos (342,8 mil) em comparação com a região Sul, a qual apresentou uma demografia de 78,8 mil indígenas.

Ainda de acordo com os dados, os indígenas presentes nas cinco regiões do país se dividem, basicamente, entre os que vivem na zona rural (502,783 mil) e os que vivem nas zonas urbanas (315,180 mil). Também foram reconhecidas 274 línguas e demarcadas 505 terras indígenas, as quais, representariam 12,5% do território brasileiro, basicamente 106,7 milhões de hectares, onde residiam 57,7% da população indígena do país. Destas, apenas seis pareciam ter mais de 10 mil habitantes e 107 tinham entre mais de mil até 10 mil. A terra indígena com o maior número de habitantes pertencia aos Yanomami, entre os Estados do Amazonas e Roraima, com 25,7 mil indígenas.¹¹

Com base nessas informações, chegamos à conclusão de que o estado do Pará apresenta uma das maiores diversidades étnicas do país. De acordo com os dados da FEPIPA, apresentados em 2016 em comparações com os dados apresentados pelo Censo do IBGE, em 2010, habitam mais de 55 etnias indígenas (aproximadamente 60 mil indígenas), falantes de 30 línguas indígenas provenientes dos troncos linguísticos Karib, Macro-Jê, Pano, Nheengatú, Tupi, Juruna, Mundurucu, dentre outros. O território ocupado pelos índios soma 25% do território do Pará, dividido entre 77 Terras Indígenas, pelos 52 municípios do Estado.¹²

Ainda de acordo com a FEPIPA, os índios hoje, no Brasil, vivem em diferentes contextos. Muitos deles residem nos centros urbanos onde, quase sempre, não recebem nenhum tipo de benefício social do Estado – na condição de indígenas -, muitas vezes, por estarem situados em regiões próximas aos perímetros urbanos. Quando suas terras são reconhecidas pelo Estado, em muitos casos, estão cercadas por fazendeiros e colonos. Essa presença não indígena impacta negativamente em seus ambientes, os quais vão perdendo a diversidade de produtos, dificultan-

indígena na Amazônia brasileira. Com uma história marcada pela entrada violenta de seringueiros, pescadores e madeireiros na região do rio Solimões, foi somente nos anos 1990 que os Tikuna lograram o reconhecimento oficial da maioria de suas terras. Hoje enfrentam o desafio de garantir sua sustentabilidade econômica e ambiental, bem como qualificar as relações com a sociedade envolvente mantendo viva sua riquíssima cultura. Não por acaso, as máscaras, desenhos e pinturas desse povo ganharam repercussão internacional". Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/ticuna>. Acesso em: 31 ago. 2016.

11 Disponível em: www.brasil.gov.br/governo/2015/04/populacao-indigena-no-brasil-e-de-896-9-mil. Acesso em: 07 set. 2016.

12 Disponível em: www.ufopa.edu.br/enei2016/nossos-povos. Acesso em: 22 set. 2016.

do o trabalho de conciliação dos índios entre as atividades básicas de coleta e agricultura, aspectos importantes na manutenção de seus modos de vida.

Num terceiro caso, há povos e comunidades indígenas com seus territórios afastados dos centros urbanos e que têm maior êxito na articulação das atividades de agricultura, coleta e outras atividades com base no uso sustentável dos recursos naturais. Para esses povos e comunidades, os interesses de madeireiros, mineradoras, hidrelétricas e outros grandes empreendimentos são os principais obstáculos à manutenção de seu bem viver. Há também as comunidades e grupos étnicos denominados de *não contatados* (autônomos ou em isolamento voluntário), que necessitam, em termos de uma política econômica global, de estratégias que visem a proteção e garantia do acesso e conservação dos recursos naturais básicos para a manutenção de seus modos de vida tradicionais.

Sobre suas tradições, conforme observou Gersem José dos Santos Luciano (2006), os povos indígenas organizam seus saberes a partir de suas *cosmologias*. Estas garantem a manutenção de seus modos de vida e possibilitam o equilíbrio da organização social comunitária desses povos. A base primordial desses saberes é uma perspectiva de *totalidade do mundo* a partir da qual a dialogia natureza-mundo tem aspecto fundamental.¹³ A *cosmologia* estabelece os pressupostos básicos das organizações indígenas tradicionais em seus aspectos econômicos, políticos e religiosos. Os conhecimentos produzidos e transmitidos têm a função de evidenciar os modelos e virtudes definidos desde a criação do mundo e, ao homem, cabe estabelecer as bases para a efetivação de tais virtudes e modelos.

Tais conhecimentos são essencialmente subjetivos e empíricos, “por isso mesmo livres de métodos e dogmas fechados e absolutos, e se garantem na efetividade prática e nos resultados concretos que acontecem no seu cotidiano. Não importa como funciona, importa sua eficácia” (LUCIANO, 2006, p. 171).

Apesar de observarmos a diferença existente entre modos de vida, de habitação de tradições culturais; localização geográfica, dentre

13 Conforme Luciano (2006, p. 171), “o método preferencial das ciências indígenas é a visão de totalidade do mundo. O indivíduo deve buscar compreender e conhecer ao máximo o funcionamento da natureza, não para dominá-la e controlá-la, mas para seguir e respeitar sua lógica, seus limites e potencialidades em benefício de sua própria vida enquanto ser preferencial e privilegiado na criação. O saber é mais do que querer criar ou saber dizer, é saber fazer, baseado em conhecimentos acumulados no decorrer da vida”.

outros, tais questões não têm impedido sujeitos e coletivos étnicos de adentrarem os espaços universitários e deles se utilizarem na luta pela manutenção de seus modos de vida. Eis aqui, talvez, a questão central desse fenômeno: os sujeitos indígenas não acessam o ensino superior (há exceções) para materializar projetos individuais. Cada vez mais se tem percebido que a formação superior tem possibilitado aos sujeitos indígenas a defesa dos interesses de suas coletividades. Por isso mesmo, o acesso ao ensino superior tem se constituído como um mecanismo importante para a manutenção e fortalecimento dos movimentos e modos de vida indígenas tradicionais.

Os indígenas acadêmicos

O acesso ao Ensino Superior tem um sentido particular para os sujeitos indígenas. Sim, particular em dois movimentos. O primeiro deles tem a ver com uma demanda crescente de reivindicação de diferentes organizações indígenas e pró-indígenas, que passaram a pressionar a sociedade envolvente pela abertura das universidades aos sujeitos indígenas, permitindo-lhes o usufruto de seus direitos como cidadãos e a possibilidade de se apropriarem dos códigos da sociedade não indígena em defesa e manutenção de seus interesses étnicos. O segundo tem relação com uma questão pouco observada, mas que já vem ocorrendo há certo tempo. Qual seja: possivelmente, alguns sujeitos indígenas acessam o âmbito universitário em busca de melhorias pessoais, que tem mais um caráter subjetivo do que relação direta com a luta comunitária dos movimentos indígenas.

Assim, é preciso considerar dois pontos. O primeiro deles diz respeito aos sujeitos indígenas que, a partir deste texto, pretendo denominar de *indígenas acadêmicos*. Opto por tal categoria por considerar que estes sujeitos são antes indígenas e depois universitários e por considerar que seus ingressos na universidade têm relação com uma série de lutas de diversos Movimentos Indígenas iniciadas a partir da década de 1970.¹⁴

¹⁴ De acordo com Castro, em fins da década de 1970, foi desenvolvido, pelo Regime Militar, um projeto de desindianização jurídica que “consistia na criação de um instrumento jurídico para discriminar quem era e quem não era índio”. A intenção era retirar da tutela do Estado a responsabilidade pela defesa dos direitos dos povos indígenas. Em relação a esse programa do Governo, surgiram diversos projetos pró-indígenas e associações e organizações e programas como o “Projeto Povos Indígenas no Brasil do Instituto Socioambiental – ISA. Em reação, também emergiram as chamadas “etnias emergentes” como uma resposta contrária às expectativas do Estado. Ou seja, em vez de os índios submergirem na aceleração

O segundo ponto se deve à observação de que o acesso dos indígenas ao ensino superior opera, pelo menos, em três diferentes sentidos: 1. O sentido do acesso para os movimentos indígenas; 2. Para as comunidades indígenas¹⁵ e 3. Para os sujeitos indígenas.

Para os *indígenas acadêmicos*, o acesso ao Ensino Superior deve ser focalizado por diferentes prismas e concebido como parte importante de suas relações com a comunidade não indígena no sentido de atender demandas coletivas e individuais. Para além de tais considerações deve-se observar aquilo que ora denominamos de *pontos de partida*. Para o presente texto, dois são fundamentais. O primeiro deles é o espaço das aldeias, a partir das quais, os diferentes sujeitos, das diferentes etnias indígenas partem para alcançar um espaço ou segundo ponto comum que é a universidade. Este último, a universidade, deve ser considerado, também, como ponto de partida, pois indica trajetórias a perseguir, denominadas, também por esta ocasião, de *permanência* e *aprendizagem*, as quais, se ultrapassadas com êxito, possibilitam, aos *indígenas acadêmicos*, o alcance dos objetivos iniciais do acesso ao Ensino Superior.

Sobre os movimentos indígenas e sua relação com o acesso às universidades, conforme já apontado, deve-se observar que tal fenômeno decorreu do crescimento das formas de inclusão e do reconhecimento dos direitos humanos, ocorridos a partir da década de 1970 e que lhes garantiu, para além dos serviços estatais, o reconhecimento constitucional de suas particularidades e diferenças socioculturais. Deve-se ter em vista, também, que este crescimento tem relação direta

do afastamento das populações indígenas de suas origens étnicas, o que ocorreu foi um movimento de evidência de novas etnicidades (CASTRO, 2005). Disponível em: <http://root.ps/download/estrategiasconjuntas/VIVEIROS-DE-CASTRO-Eduardo-Encontros-1.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2017.

15 As comunidades indígenas são a expressão da vida humana que se reinventa. Assim, conforme Castro, esta significa “toda comunidade fundada em relações de parentesco ou vizinhança entre seus membros [...] o adjetivo índio não designa um indivíduo, mas especifica um certo tipo de coletivo. Nesse sentido, não existem índios, apenas comunidades, redes (d) e relações que se podem chamar indígenas”. Assim, ser índio parte de seu referencial que é a sua comunidade e da qual é membro. Tais comunidades podem ser qualificadas de, pelo menos, duas maneiras. 1. Comunidades fundadas em relações de parentesco ou vizinhança e 2. E que mantém laços históricos ou culturais com as organizações sociais indígenas pré-colombianas. Neste segundo ponto, essas relações “compreendem dimensões históricas, culturais e sociopolíticas” sem que seja necessário “haver uma coincidência dessas três dimensões”. Entrevista à equipe de edição, feito pelo Instituto Socioambiental (ISA), por meio do Programa Povos Indígenas no Brasil. Originalmente publicada no livro Povos Indígenas no Brasil. 2001/2005. Disponível em: <http://root.ps/download/estrategiasconjuntas/VIVEIROS-DE-CASTRO-Eduardo-Encontros-1.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2017.

com a formação e o fortalecimento de organizações políticas indígenas e a emergência de organizações pró-indígenas¹⁶ que ampliaram as pressões sociais para o acesso às políticas públicas e à melhoria dos serviços prestados aos povos indígenas. A educação diferenciada foi um dos direitos reivindicados pelos indígenas tendo relação com a questão da terra e da saúde.

Desta forma, os movimentos indígenas devem ser considerados a partir de uma interconexão de reivindicações que ora se distanciam – dependendo das demandas de cada grupo, considerando as variáveis de cada movimento em particular conforme apontou Rodrigues (2016) ao analisar a luta dos índios Borari e Arapium da Terra Indígena Maró, no Estado do Pará¹⁷ – e ora se aproximam a partir de uma agenda comum, geralmente baseada no tripé cidadania-identidade-territorialidade.

Conhecimentos tradicionais: indígenas e científicos

Há, no acesso dos Povos Indígenas ao Ensino Superior, dois impactos que considero como especificidades inegáveis. O primeiro é aquele que diz respeito aos resultados que os *indígenas acadêmicos* alcançam com uma formação superior, tanto em sentido coletivo – a partir de suas lutas nos movimentos indígenas e no auxílio ao atendimento das demandas de sua comunidade – quanto para o benefício pessoal – aspecto importante nas relações que passam a estabelecer com a comunidade não indígena. O segundo tem relação com as mudanças que necessariamente ocorrem ou, pelo menos, deveriam ocorrer nas universidades a partir do ingresso de sujeitos com conhecimentos diferentes daqueles desenvolvidos a partir de uma perspectiva cientificista moderna.

16 Como exemplo de organização pró-indígena temos o Conselho Missionário Indigenista – CIMI, criado em 1972. Esta organização está vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB que, em sua atuação missionária, conferiu um novo sentido ao trabalho da Igreja Católica junto aos povos indígenas.

17 Conforme observou Gilberto César Lopes Rodrigues (2016, p. 172), “os indígenas da Terra Indígena Maró vem sofrendo constantes ataques dos instrumentos estatais em combinação com interesses empresariais pela incorporação de seu território e recursos naturais ao comércio capitalista. O ataque ocorre quase sempre em torno da negação da condição étnica diferenciada dos Borari e dos Arapium”. Assim, os povos indígenas da TI Maró têm resistido como podem às investidas externas, para tanto, apropriam-se de diversos mecanismos que lhes permite fortalecer o processo de reafirmação étnica de sua comunidade. Rodrigues defende a Tese de que “a Escola Diferenciada da Terra Indígena Maró contribui para o fortalecimento das reivindicações pela posse do território, pelo uso coletivo dos recursos naturais e pela manutenção enquanto grupo étnico diferenciado”.

A partir destas observações, podemos evidenciar dois movimentos importantes. O primeiro deles considera que grupos diversos, compostos por povos de diferentes etnias têm adentrado os espaços universitários e reivindicado seus direitos de forma legítima e alternativa. O segundo considera o impacto que a presença indígena tem provocado na própria universidade levando-a a propor novas estratégias de ensino que considerem os saberes tradicionais dos povos indígenas a partir de um diálogo intercultural.

Assim, o espaço universitário tem passado por transformações na forma de conceber os povos indígenas. E os principais responsáveis por essa mudança, têm sido os próprios estudantes indígenas que adentram estes espaços e levam consigo seus conhecimentos, oportunizando um diálogo intercultural que concorre para o processo de descolonização do pensamento no âmbito universitário.¹⁸ A cada dia, os estudantes indígenas vão ganhando mais espaços e ampliando seus conhecimentos sobre a comunidade envolvente. Da mesma forma, a comunidade envolvente vem percebendo que os modelos utilizados para classificar os povos indígenas são insuficientes para dar conta do protagonismo que ora se manifesta. De espaço de transmissão de conhecimentos científicos a universidade tem sido transformada pela presença de estudantes indígenas em um ambiente privilegiado de interlocução entre os saberes tradicionais das populações indígenas e os saberes científicos da universidade.

De acordo com Jane Felipe Beltrão, em entrevista concedida à Assessoria de Comunicação da UFPA, referente à presença de indígenas na universidade

a presença de pessoas indígenas em formação e de advogados, pedagogos, administradores e outros profissionais na graduação e pós-graduação, entre nós, permite diálogo que se estende modificando nossa forma de agir de discentes e docentes, pois amplia nossa compreensão sobre os direitos diferenciados, além de permitir o cumprimento da missão social da Instituição.¹⁹

18 Foi nesse sentido que o Encontro Nacional de Estudantes Indígenas indicou o tema da sua 5ª edição. O evento ocorrerá em Salvador (Bahia), sob o tema: V Encontro nacional de Estudantes Indígenas - Espaço de afirmação, protagonismo e diálogos interculturais: descolonizando o pensamento. O evento será realizado entre os dias 11 e 15 de setembro de 2017.

19 Disponível em: <https://portal.ufpa.br/imprensa/noticia.php?cod=8994>. Acesso em: 28 ago. 2016.

Desta forma observa-se que o acesso de indígenas no Ensino Superior tem, também, despertado um movimento de renovação dentro da própria universidade. Ainda conforme Beltrão, “a entrada de representantes de comunidades indígenas na UFPA proporciona e exige mudanças não apenas na vida dos novos graduandos, como também da comunidade acadêmica como um todo”.²⁰

Para pensar estas questões, Maxim Paolo Repetto, professor do Instituto Insikiran na UFRR e um de seus fundadores, apresenta uma importante reflexão acerca do sentido das fronteiras entre conhecimentos na *Transdisciplinaridade* e na *Interculturalidade*. O autor faz reflexões sobre a participação dos indígenas nos Programas de Pós-Graduação da UFRR. Apesar de refletir sobre o Insikiran, suas análises podem ser utilizadas para se pensar a forma como os processos de ensino/aprendizagem têm dialogado com os saberes indígenas em outras universidades, enquanto espaço público dedicado à reflexão e a produção de conhecimento (REPETTO, 2008).

Para Repetto, mais do que reafirmar as fronteiras entre disciplinas e sociedades, o papel da universidade é aproximar os saberes diferenciados e permitir que os diferentes povos, indígenas e não indígenas, *se enxerguem sem preconceito*. O processo educacional ocorrido nas universidades deve permitir a desconstrução de relações de discriminação e gerar possibilidades de diálogo entre os saberes tradicionais, indígenas e científicos (REPETTO, 2008). Com base na transdisciplinaridade, é possível perceber que o mundo é composto por várias dimensões da realidade, “a interculturalidade nos mostra a necessidade da interaprendizagem. As fronteiras não apenas delimitam, também separam. O conhecimento nos convida a diluir nossas diferenças no respeito e compromisso com a vida” (REPETTO, 2008, p. 28).

Assim, tão importante quanto o acesso de indígenas no Ensino Superior, o ingresso de seus conhecimentos torna-se parte indispensável do processo. Este reconhecimento, conforme observou Repetto, traz novos paradigmas e desafios para as universidades e estas não devem, nem podem se submeter às lógicas de um pensamento puramente cientificista. “Os conhecimentos devem ter autonomia para se expressar” (REPETTO, 2012, p. 26) e criar possibilidades de construção de novos saberes e concepções de mundo plurais.

²⁰ Disponível em: <https://portal.ufpa.br/imprensa/noticia.php?cod=8994>. Acesso em: 28 ago. 2016.

Não basta ampliar o acesso de indígenas ao Ensino Superior, é fundamental que a universidade dialogue com os conhecimentos que eles trazem consigo. Desta forma, será possível ampliar nossos próprios conhecimentos sobre os povos indígenas e permitir que eles mesmos nos ensinem suas formas de pensar e como constroem seus conhecimentos. O resultado desta troca de conhecimentos a partir de uma proposta dialógica será a construção de novos saberes, para a universidade e para os povos indígenas. Ainda há muito o que trilhar neste caminho, mas é certo que a transdisciplinaridade é uma direção de resultados possíveis.

Desafios da permanência e sucesso no ensino superior

Conforme apontou Manuela Carneiro da Cunha (1992, p. 18), em *História dos índios no Brasil*, a ideia de que os índios passaram a se posicionar frente ao poder que tenta, através de políticas assimilacionistas, deslegitimar suas características socioculturais é nova apenas para a comunidade envolvente. Para os índios, a consciência histórica de que eles são sujeitos e não apenas vítimas, sempre esteve presente em suas ações, sendo sempre uma forte motivação na defesa dos interesses de seus coletivos. Conforme observou Michel de Certeau (2014), os grupos indígenas, desde a época da conquista espanhola na América, se apropriaram dos mecanismos de subversão desenvolvidos pelos conquistadores para subjugar-los e reelaboraram seus códigos assimilacionistas e deles se utilizando em benefício próprio.

As etnogêneses, conforme apresentou Miguel Bartolomé (2006), foram sempre uma forma particular que as sociedades indígenas encontraram para se renovar e continuar sobrevivendo nessa nova realidade que tentou apagar as evidências de sua presença. A ideia de etnogênese, defendida pelo antropólogo Jonathan Hill (1996), ao contrário da ideia de etnocídio (imortalizado pela historiografia clássica e que defendia a ideia de que os grupos étnicos da Amazônia colonial estavam sofrendo um processo de extinção de suas tradições e características culturais), considera que essas populações estavam passando por um processo de transformação, necessária à sua inserção nesse novo mundo que se apresentava a sua frente. Por vezes, essas transformações geravam conflitos internos e externos, que eram necessários à manutenção da existência desses grupos étnicos no âmbito colonial.

Nesse sentido, é preciso considerar, pelo menos, dois pontos. O primeiro diz respeito ao fato de que os índios sempre resistiram às tentativas de subversão de suas culturas. O segundo ponto tem relação com o movimento mencionado no início deste texto: os índios estão adentrando o espaço universitário para poderem consumir os conhecimentos científicos disponibilizados no espaço acadêmico, para utilizá-los a partir de uma agenda própria, que subentenda os interesses de suas comunidades. As universidades, assim como todas as escolas indígenas, tem sido palco de novas *etnogêneses* e elas mesmas têm sofrido essas influências e se transformado para agregar os novos perfis de *indígenas acadêmicos* que nelas se inserem numa cifra que cresce a cada ano.

Este segundo ponto tem a ver com o primeiro se considerarmos uma questão central da presença indígena no Ensino Superior: como dito inicialmente, a abertura de espaços nos centros universitários para receber sujeitos indígenas não tem a ver apenas com as políticas adotadas pelo Estado por uma iniciativa própria de reconhecimento dos direitos indígenas. Na verdade, esse movimento educacional resulta muito mais dos próprios movimentos indígenas relacionado à outras pautas de interesses desses povos.

Em síntese, o acesso cada vez maior de índios às universidades, se relaciona ao próprio posicionamento indígena na defesa de uma educação de qualidade. A educação tornou-se, também, uma ferramenta importante para a valorização étnica, pois leva os *indígenas acadêmicos*, a partir de disciplinas estratégicas, a operacionalizar cientificamente os conhecimentos tradicionais de suas culturais, além de adquirir outros conhecimentos e metodologias que os auxiliam no diálogo com a comunidade envolvente a partir da apropriação de seus códigos. Mas a questão não é apenas entrar na universidade. Os índios que transitam nesses espaços precisam ter “jogo de cintura” para não se deixar levar por aquilo que deles se diz. Nem sempre é tão fácil manter um curso de ensino superior. Especialmente, quando as dificuldades são específicas das relações que se estabelecem. Tais dificuldades estão para além da conquista de uma vaga na universidade.

Pesquisas apontam que, ao acessar o Ensino Superior, os índios passam por uma série de dificuldades que dizem respeito a questões como distância de suas aldeias de origem; falta de bolsas de estudo para auxiliar nas despesas; discriminação, preconceito e racismo; dificuldade em relacionar os conhecimentos adquiridos na universidade com os co-

nhcimentos indígenas; dificuldade em concluir os cursos por conta dos Trabalhos de Conclusão de Curso e, ainda, a não afinidade com o curso disponibilizado para sua formação.

Em matéria publicada no Portal de Notícias da UFPA, no dia 29 de abril de 2014, relacionada à questão da evasão dos indígenas no âmbito universitário, Edimar Fernandes, índio da etnia *Kaingang*, então Presidente da Associação de Povos Indígenas Estudantes na Universidade Federal do Pará (APYEUFPA), afirmou: “o que precisamos é que a Universidade esteja preparada para atender a essa diversidade. O ingresso no ensino superior é importante, mas a permanência e o sucesso são fundamentais”.²¹

Sobre as práticas preconceituosas e racistas, a Comissão de Ética da UFOPA emitiu, no último dia 22 de agosto de 2016, a Recomendação 001/2016 na qual, reconhecendo os diversos problemas enfrentados pelos índios na UFOPA, considerou importante resguardar, através de tal recomendação os direitos indígenas, no âmbito da Universidade. O problema do preconceito e demais práticas pejorativas tem relação com a desinformação dos universitários não indígenas com relação à trajetória dos povos indígenas na história do Brasil.

O problema se agrava mais por conta das diferentes formas de se perceber o mundo e de se relacionar com ele. Assim, não basta as universidades abrirem espaços aos índios. É necessário estas se adequarem às novas realidades educacionais e isto inclui o respeito à diversidade de povos e o reconhecimento da diferença. Assim, zelar para que os direitos dos povos indígenas sejam resguardados e permitir-lhes o acesso às ferramentas necessárias à manutenção de suas manifestações culturais também é uma responsabilidade da universidade.

Considerações pontuais

O acesso ao ensino superior tem se constituído como reivindicação estratégica dos Movimentos Indígenas no Brasil. Tal processo parece resultar da consciência de que este nível de ensino é indispensável para a legitimação do protagonismo indígena. O foco no ensino superior parece decorrer da ampliação da pauta de reivindicações de muitos povos indígenas. As demandas pelo acesso às universidades e a procura por cursos

²¹ Disponível em: <https://ww2.ufpa.br/imprensa/noticia.php?cod=8986>. Acesso em: 20 set. 2016.

estratégicos (como Direito, Licenciaturas, Antropologia, Medicina, Gestão Territorial, dentre outros) são indicativos desses movimentos. Os povos indígenas têm historicamente reelaborado suas práticas de sobrevivência sociocultural e demonstrado para a sociedade não indígena que são capazes de se posicionar politicamente na defesa de seus interesses, de seus direitos. Provavelmente tenhamos muito mais a aprender com eles do que imaginamos. Como dizem os *Yanomami* (MANDULÃO, 2003, p. 112) “existem muitos caminhos, os mais velhos conhecem todos os caminhos e nós aprendemos com eles a encontrar o melhor caminho”.

Referências

BARTOLOMÉ, Miguel Roberto. As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. Tradução de Sérgio Paulo Benevides. **Mana**: Revista de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Vol. 12, ed. 1; pp. 39-68, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mana/v12n1/a02v12n1.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2017.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Estudantes indígenas no ensino superior e os caminhos para a interculturalidade. In. BERGAMASCHI, Maria Aparecida; NABARRO, Edilson; BENITES, Andréa (Orgs.). **Estudantes Indígenas no Ensino Superior**: uma abordagem a partir da experiência na UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013, p. 129-141.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. “No Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é”. Entrevista à equipe do ISA. In: **Povos Indígenas no Brasil**: 2001/2005. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006. Disponível em: <http://root.ps/download/estrategiasconjuntas/VIVEIROS-DE-CASTRO-Eduardo-Encontros-1.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2017.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Rio de Janeiro; Ed. Vozes, 1998.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras. Secretaria Municipal de Cultura: FAPESPA, 1992.

ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES INDÍGENAS, 4., 2016, Santarém. **Apresentação**. Santarém: Ufopa, 2016. Disponível em: <http://ufopa.edu.br/enei2016/evento/apresentacao>. Acesso em: 4 jul. 2017.

FERNANDES, Fernando Roque. Educação escolar, movimento e professores indígenas na Amazônia: dimensões da luta pelo reconhecimento da diversidade e da diferença de povos existentes no Brasil. In. GUILHERME, Wilian Douglas (org.). **Contradições e desafios da educação brasileira**. Ponta Grossa/PR: Atena Editora, 2019, p. 51-64.

HILL, Jonathan (org). **History, power and identity**. Iowa, USA: University of Iowa Press, 1996.

INSTITUTO INSIKIRAN DE FORMAÇÃO SUPERIOR INDÍGENA. **Apresentação**. Boa Vista: UFRR, 2016. Disponível em: http://ufrbr/nsikiran/index.php?option=com_content&view=article&id=60&Itemid=268. Acesso em: 28 ago. 2020.

LACERDA, Rosane Freire. **“Volveré, y Seré Millones”**: Contribuições Descoloniais dos Movimentos Indígenas Latino Americanos para a Superação do Mito do Estado-Nação. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB), Brasília/DF, 2014.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Ed. Brasília: MEC/SECAD MN/UFRJ, 2006.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **Transdisciplinaridade e decolonialidade**. Tradução de Joaze Bernardino-Costa. Sociedade e Estado, Brasília, v. 31, n. 1, p. 75-97, jan./abr. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00075.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2017.

MANDULÃO, Fausto da Silva. Educação na visão do professor indígena. GRUPIONI, Luís Donizete Benzi. **Formação de professores indígenas**: repensando trajetória. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Fundamental, p. 217-226, 2006.

MONTEIRO, John Manuel. **Tupi, Tapuias e Historiadores**: Estudos de História Indígena e Indigenismo. Campinas: Unicamp. Tese de Livre Docência [s.n.]; 2001.

REPETTO, Maxim. Os Sentidos das Fronteiras na Transdisciplinaridade e na Interculturalidade. **Textos & Debates**, Boa Vista, n.22, p. 13-30, 2012. Disponível em: <http://revista.ufrbr/textosedebates/article/viewFile/1602/1132>. Acesso em: 4 jul. 2017.

RODRIGUES, Gilberto César Lopes. **Surara Borari, Surara Arapium:** a educação escolar no processo de reafirmação étnica dos Borari e Arapium da Terra Indígena Maró. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Campinas, SP [S.N.], 2016.

TERENA, Marcos. O estudante indígena no Ensino Superior. In. BERGAMASCHI, Maria Aparecida; NABARRO, Edilson; BENITES, Andréa (Orgs.). **Estudantes Indígenas no Ensino Superior:** uma abordagem a partir da experiência na UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013, p. 9-14.

Recebido: Março/2018

Aceito: Dezembro/2019